



Código Florestal e agronegócio

Votação da nova lei está prevista para essa semana e Frente Parlamentar Ambientalista alerta sobre o que está por traz da reforma

Está prevista para esta semana a votação do novo Código Florestal Brasileiro. Se passar da forma em que está, como já bem alertaram os cientistas da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Academia Brasileira de Ciência (ABC), o texto manterá problemas graves, que trarão prejuízos desastrosos ao Meio Ambiente, além de comprometer a própria sustentabilidade da agricultura.



Segundo o professor Ricardo Rodrigues, da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq/USP), um dos itens que mais preocupam a comunidade científica está relacionado às áreas de preservação permanente (APPs). A área das APPs foi reduzida em 50% no texto atual. As APPs de margens de cursos d’água devem continuar a ser demarcadas, como foram até hoje, a partir do nível mais alto da cheia do rio. A substituição do leito maior do rio pelo leito regular para a definição das APPs torna vulneráveis amplas áreas úmidas em todo o País, particularmente na Amazônia e no Pantanal.

Para tentar contextualizar esse e outros problemas que virão, um vídeo lançado pela Frente Parlamentar Ambientalista, na Câmara dos Deputados, tenta explicar de maneira didática, quem ganha e perde na estruturação e financiamento do agronegócio brasileiro, que em resumo está na base das discussões sobre o novo Código Florestal.



Baseado em análise das pesquisadoras Regina Araujo, doutora em geografia pela Universidade de São Paulo, e Paula Watson, também formada em geografia pela USP, o vídeo é a expressão gráfica da análise textual. A produção tem apoio do WWF-Brasil.

“Grandes agricultores querem fazer a sociedade crer que a produção agrícola brasileira, entre as potências agrícolas, fazem do agronegócio o porto-seguro da economia brasileira. No entanto nosso modelo agrícola não é ambientalmente sustentável, não favorece a sociedade, a agricultura familiar e colocará em risco grande parte da biodiversidade, risco que hoje é controlado pela legislação ambiental brasileira. Daí o interesse em alterar o Código Florestal e favorecer ainda mais o grande agricultor”, mostra a animação.

Reprodução



Texto e vídeo colocam que o Brasil é o segundo maior exportador individual de produtos agrícolas do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, ambos com a produção apoiada na monocultura “Nossas leis ambientais estão em construção desde a década de 1930, e até agora não provocaram nenhum impedimento ao espantoso crescimento do agronegócio”, lembram as pesquisadoras.

A ideia delas é disseminar o vídeo para um número maior número de pessoas, de forma que haja uma maior compreensão sobre o que está em jogo na reforma do Código Florestal Brasileiro e porque ela é tão prejudicial à sociedade como um todo.